



Câmara Municipal de Almeida

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DO CONCELHO DE ALMEIDA**

MUNICIPIO DE ALMEIDA

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL**

**JUNHO 2017**

# PDS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

SOCIAL

REDE SOCIAL

MUNICIPIO DE ALMEIDA

**Conselho Local de Acção Social de Almeida**

**JUNHO 2017**

# ANEXOS



## ÍNDICE

<b>Considerações Gerais</b>	2
<b>PARTE I – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO SOCIAL</b>	5
<b>PARTE II – ARTICULAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS DE PLANEAMENTO</b>	6
<b>2.1 – A Nível Nacional</b>	6
<b>2.1.1 – Programa Nacional de Reformas</b>	6
<b>2.1.2 – Portugal 2020</b>	11
<b>2.1.3 – PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente</b>	12
<b>2.1.4- PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas</b>	14
<b>2.1.5- Referencial de Coesão Territorial</b>	20
<b>2.2 – Cooperação Territorial Europeia</b>	21
<b>2.3 – A Nível Regional e Local</b>	21
<b>2.3.1 – CENTRO 2020- Programa Operacional da Região Centro 2014-2020</b>	21
<b>2.3.2 – PDM – Plano Diretor Municipal</b>	24
<b>2.3.4 – PDS – Plano de Desenvolvimento Social</b>	24
<b>PARTE III – EIXOS ORIENTADORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE ALMEIDA</b>	25
<b>EIXO 1: Promover o desenvolvimento social através da articulação de medidas/programas de inclusão social e da promoção de uma Cultura Social com identidade</b>	26
<b>EIXO 2: Combater o despovoamento através da criação de incentivos ao desenvolvimento económico, promovendo o turismo, o empreendedorismo e criação de infra-estruturas de base económica e logística</b>	28
<b>EIXO 3: Dar mais anos à vida e mais vida aos anos – Melhoria da qualidade de vida proporcionando envelhecimento ativo e combatendo o isolamento social</b>	29
<b>EIXO 4: Promoção de parcerias ativas nas diversas entidades do Concelho na área da infância e juventude</b>	30
<b>EIXO 5: Melhoria na articulação das políticas de saúde</b>	31
<b>METODOLOGIA</b>	32
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	34
<b>ANEXOS</b>	35

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) tem como objectivo apresentar orientações e respostas integradas com vista à promoção do desenvolvimento social do Concelho.

Na sua fase de implementação, o PDS implicará o envolvimento e a cooperação de todos os parceiros, não só ao nível da execução das atividades, mas também ao nível da apresentação de novas propostas, intervenções e prioridades.

De referir que, cada vez mais o desenvolvimento sustentável de uma região, a qualquer nível, implica uma união de esforços e empenhamento de todas as instituições quer públicas quer privadas em prol de um objectivo comum.

De acordo com os princípios da Rede Social, o PDS deverá manter nos próximos anos manter uma função de articulação das intervenções existentes e das que possam emergir no concelho de Almeida. Assim, este documento servirá de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, com um âmbito de atuação de quatro anos, sendo operacionalizável através da execução de planos de ação anuais.

Tal como o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social não é estático, podendo e devendo ser atualizado sempre que se considere necessário.

O objetivo do PDS é criar novas modalidades de resposta, aproveitando sempre que possível estruturas, parcerias e dinâmicas já existentes, tendo sido neste contexto consideradas as potencialidades do concelho de Almeida. Assim, o PDS tem como objetivo rentabilizar os recursos locais com vista a minimizar os efeitos das lacunas identificadas. Por outro lado, na definição de estratégias, verificou-se a preocupação de que este Plano de Desenvolvimento Social, além de concretizável e operacional, fosse participado e resultasse de consensos entre as entidades e os agentes locais envolvidos.

Além dos Eixos, são definidos os respectivos Objetivos Estratégicos, as Estratégias e os Objetivos Específicos, que serão operacionalizados através da implementação e articulação de programas / projetos de âmbito Concelhio, através da mobilização / rentabilização dos recursos locais, ou seja, através da elaboração de Planos de Ação anuais.

A primeira parte do PDS é constituída por uma síntese das problemáticas prioritárias, apresentadas no Diagnóstico Social, onde são elencados os principais problemas, as questões-chave e os recursos existentes, ou seja, são apresentadas as problemáticas na sua globalidade que nos levam à construção dos eixos prioritários.

Na segunda parte deste plano são abordados outros níveis de planeamento que deverão ser considerados durante o período de implementação do PDS. A articulação do PDS com outros planos além de proporcionar uma rentabilização de esforços e recursos, poderá também evitar que o conteúdo deste plano entre em contradição ou se sobreponha a outros planos. Esta articulação deverá realizar-se, não só com os instrumentos de planeamento e programas nacionais e locais, mas também com os Programas Operacionais financiados pela União Europeia, uma vez que, encontrando-se o PDS em sintonia com os Programas Nacionais e Comunitários, será mais fácil no futuro recorrer a algumas fontes de financiamento afim de implementar os seus planos de ação anuais.

Atualmente encontramos-nos no período de aplicação V Quadro Comunitário de Apoio, designado de Portugal 2020, assim como novos instrumentos que orientam a aplicação dos fundos comunitários. Também a nível local, o Plano Director Municipal do Concelho de Almeida (PDM) encontra-se em fase de revisão.

O Núcleo Executivo do CLAS e a Câmara Municipal de Almeida assumem um papel importante na dinamização de ações que promovam uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais e na mobilização para a participação de Entidades Públicas e Privadas com âmbito de intervenção no Concelho de Almeida. Neste contexto, promoveu-se o Workshop – “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede III” e a reunião de Núcleo Executivo, que teve como finalidade reunir contributos para a elaboração do PDS, através da definição de objetivos, estratégias e possíveis intervenções para o Concelho de Almeida.

Assim, na terceira parte deste documento, são apresentados cinco Eixos Orientadores do Desenvolvimento Social do concelho de Almeida que constituem as grandes prioridades de intervenção, ou seja, as grandes metas que se pretende atingir, que apresentamos resumidamente:

**EIXO 1: Promover o desenvolvimento social através da articulação de medidas/programas de inclusão social e da promoção de uma Cultura Social com identidade.**

Os objetivos estratégicos deste eixo coincidem em parte com os objetivos da própria Rede Social, uma vez que as ideias centrais são a diminuição da exclusão social e a articulação / otimização dos serviços. Assim, pretende-se promover novas respostas para grupos específicos vítimas de exclusão social, nomeadamente idosos, através da promoção e uma maior aplicação do conceito do trabalho em parceria, permitindo uma rentabilização de recursos financeiros e humanos.

De salientar a necessidade de promover atividades de dinamização sócio-cultural de modo a promover uma cultura social com identidade deste território. Será preponderante promover uma educação consistente para a Cultura (através das escolas), estímulo da cultura/natureza (Rota da natureza e cultura, Caminhos de Santiago). De referir a importância da Candidatura de Almeida a Património Mundial e a criação de dinâmicas culturais.

**EIXO 2: Combater o despovoamento através da criação de incentivos ao desenvolvimento económico, promovendo o turismo, o empreendedorismo e criação de infra-estruturas de base económica e logística**

Neste eixo pretende-se incentivar o desenvolvimento económico, com recurso às potencialidades e pontos fortes do Concelho, designadamente o Turismo e a sua posição geográfica junto à principal fronteira terrestre do país. Simultaneamente, deverão ser desenvolvidas ações que incentivem o espírito empreendedor e o investimento.

Pretende-se o desenvolvimento de ações de promoção dos saberes tradicionais e património, criação de estrutura que saiba juntar consumidores/produtores- Gabinete do Investidor/articulação GIP e medidas de fixação população e criação de emprego.

**EIXO 3: Dar mais anos à vida e mais vida aos anos – Melhoria da qualidade de vida proporcionando envelhecimento ativo e combatendo o isolamento social**

Este eixo pretende também o desenvolvimento de ações que criem condições de integração da população idosa na comunidade, através da promoção de um envelhecimento ativo, onde se deverá considerar iniciativas como: parcerias entre Municípios/freguesias, envolvimento saúde, cultura e Ação Social, Marketing Social-serviços diferenciadores, Turismo Sénior/potencializar as muralhas, Universidade Sénior e fóruns/colóquios sobre a condição do idoso (doenças degenerativas – prevenção e cuidadores especiais “Cuidados de alma”).

#### **EIXO 4: Promoção de parcerias ativas nas diversas entidades do Concelho na área da infância e juventude**

Neste eixo pretende-se uma maior articulação entre as várias entidades que promovem atividades na área da infância/juventude, de modo a rentabilizar os recursos disponíveis no território e apelar à melhor utilização das infraestruturas disponíveis no Concelho, através de maior divulgação, melhor articulação entre entidades, maximização dos recursos físicos do Concelho e maior envolvimento das novas gerações.

#### **EIXO 5: Melhoria na articulação das políticas de saúde**

É necessária uma melhoria na articulação entre os parceiros para promoção de melhor qualidade de vida na população do Concelho de Almeida. De extrema importância será a implementação de uma Unidade Móvel de Saúde de modo a aproximar os serviços de saúde à população mais isolada.

### **PARTE I – Síntese do Diagnóstico Social**

A elaboração do Diagnóstico Social foi fundamental, uma vez que permitiu um aprofundamento e sistematização da realidade social de Almeida, sendo nesse documento que assenta a construção do Plano de Desenvolvimento Social. No Diagnóstico Social encontram-se identificadas as seguintes problemáticas:

- 1- Necessidade de consolidar dinâmicas de desenvolvimento social e cultural articuladas
- 2- Fraco dinamismo económico e insuficientes oportunidades de emprego
- 3 - Envelhecimento e despovoamento/dispersão geográfica
- 4- Deficientes/insuficientes recursos financeiros e humanos na assistência à população idosa
- 5 - Insuficiente articulação entre as diversas entidades do concelho na área da infância e juventude
- 6– Necessidade de melhor articulação das políticas de saúde.

## **Parte II – Articulação com outros níveis de planeamento**

A articulação com outros planos, para além de proporcionar uma rentabilização de esforços e recursos, pode ainda evitar que o conteúdo deste plano entre em contradição ou se possa sobrepor a outros planos para a mesma área de intervenção. Neste sentido, além da articulação com outros níveis de planeamento, este plano deverá articular-se com programas comunitários, nacionais e locais.

### **2.1 – A Nível Nacional**

#### **2.1.1 – Programa Nacional de Reformas**

**“Mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade”.**

Este programa constitui um conjunto de reformas estruturais, no horizonte de 2020, com intuito de promoverem o relançamento do investimento e contribuirem para a sustentabilidade das finanças públicas.

O mesmo assenta em seis pilares estratégicos: **1- Qualificar os Portugueses; 2- Promover a inovação; 3- Valorizar o território; 4- Modernizar o Estado; 5- Capitalizar as empresas; 6- Reforçar a coesão e igualdade social.**

## 1- Qualificar os Portugueses

<b>Eixo de intervenção</b>	<b>Objetivos</b>
Redução do insucesso e abandono escolares	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover o sucesso educativo, diminuindo o abandono escolar</li><li>- Garantir o ensino secundário como patamar mínimo para as qualificações de jovens e adultos</li></ul>
Formação e ativação dos jovens afastados da qualificação e emprego	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promoção de políticas de formação e ativação laboral de jovens que não estejam a estudar, em formação ou a trabalhar</li></ul>
Qualificação de adultos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Lançar um programa integrado de formação e educação de adultos</li><li>- Garantir uma resposta de segundas oportunidades de qualificação</li><li>- Potenciar a aprendizagem ao longo da vida</li></ul>
Inovação do sistema educativo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Modernizar o sistema de ensino e os modelos e instrumentos de aprendizagem</li></ul>
Redução da segmentação do mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"><li>- Discussão em sede de concertação social de medidas com vista a: redução da precariedade na Administração Pública e penalização da rotatividade excessiva</li></ul>

**Fonte:** República Portuguesa, XXI Governo, Programa Nacional de Reformas (2016)

## 2- Promover a inovação

<b>Eixo de intervenção</b>	<b>Objetivos</b>
Investigação, desenvolvimento e inovação	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aumentar o stock de conhecimento produzido no sistema científico e tecnológico nacional</li><li>- Valorizar o conhecimento gerado através da transferência de conhecimento e cooperação entre o mundo académico e científico e o tecido empresarial</li></ul>
Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolver ecossistemas que potenciem o aparecimento e crescimento de start-ups</li><li>- Promover um programa de compras públicas para a inovação</li></ul>
Digitalização da economia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Incentivar as empresas a integrarem a revolução digital assente na informatização e conectividade das ideias, dos processos e produtos</li><li>- Promover a digitalização da atividade económica</li><li>- Aumentar a eficiência energética das empresas</li></ul>
Promoção da internacionalização da economia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) nomeadamente em atividades de inovação</li><li>- Capacitar as empresas nacionais para integrarem as denominadas global value chains, adequando o perfil de especialização à procura externa</li></ul>

Fonte: República Portuguesa, XXI Governo, Programa Nacional de Reformas (2016)

### 3- Valorizar o território

<b>Eixo de intervenção</b>	<b>Objetivos</b>
Mobilidade sustentável	<ul style="list-style-type: none"><li>- Melhorar os níveis de intermodalidade dos sistemas de transporte, apostando no transporte coletivo de passageiros</li><li>- Melhorar a eficiência energética do setor de transportes, com ganhos ambientais e económicos</li></ul>
Cidades sustentáveis e inteligentes	<ul style="list-style-type: none"><li>- Revitalizar as cidades portuguesas, melhorando o parque habitacional e tornando-as mais atrativas ao investimento</li><li>- Promover a eficiência energética nos setores industrial, residencial e serviços, com ganhos ambientais e económicos</li></ul>
Economia circular	<ul style="list-style-type: none"><li>- Garantir maior eficiência económica, reduzindo o desperdício, melhorando o nível de reutilização de materiais e valorizando energeticamente os resíduos</li></ul>
Coesão territorial	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a economia do mar</li><li>- Agilizar procedimentos administrativos nos sistemas logísticos portuário e rodoferroviário</li><li>- Melhorar a conectividade internacional</li><li>- Promover os produtos endógenos regionais</li><li>- Desenvolver a atividade agrícola</li></ul>

**Fonte:** República Portuguesa, XXI Governo, Programa Nacional de Reformas (2016)

#### 4- Modernizar o Estado

<b>Eixo de intervenção</b>	<b>Objetivos</b>
Licenciamento integrado	- Simplificar, desmaterializar, integrar e tornar mais céleres os processos de licenciamento em atividades económicas
Justiça ao serviço da competitividade	- Reduzir o número de pendências na ação executiva e Tribunais Administrativos e Fiscais  - Aumentar o número de processos resolvidos através da resolução alternativa de litígios  - Diminuir o número de pendências dos processos de falência, insolência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização
Simplificar a legislação e a administração	- Reduzir os encargos administrativos para as empresas  - Assegurar estabilidade e previsibilidade normativas para as empresas  - Promover a inovação na Administração Pública

**Fonte:** República Portuguesa, XXI Governo, Programa Nacional de Reformas (2016)

#### 5- Capitalizar as Empresas

<b>Eixo de intervenção</b>	<b>Objetivos</b>
Reforçar a capitalização das empresas	- Apoiar de forma intensiva a capitalização de empresas  - Promover a diversificação das fontes de financiamento de PME e Mid Caps  - Reforçar os mecanismos que assegurem um tratamento fiscal não discriminatório para a utilização de capitais próprios
Apoiar a reestruturação	- Melhorar o contexto da reestruturação empresarial no plano preventivo e de diagnóstico precoce da situação financeira das empresas  - Incentivar a reestruturação empresarial, no contexto das oportunidades geradas pela continuação do processo de gestão nos balanços dos bancos dos Non Performing Loans

**Fonte:** República Portuguesa, XXI Governo, Programa Nacional de Reformas (2016)

## 6- Reforçar a coesão e igualdade social

Eixo de intervenção	Objetivos
Promover a igualdade e inclusão social	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elevar gradualmente os rendimentos dos Portugueses, em particular das populações mais atingidas pela pobreza e exclusão social</li><li>- Restabelecer os mínimos sociais, retomando níveis adequados de cobertura das prestações sociais</li></ul>
Promover a saúde	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover o acesso da população ao SNS</li><li>- Reduzir os encargos para as famílias</li><li>- Garantir uma maior qualidade do SNS</li></ul>

Fonte: República Portuguesa, XXI Governo, Programa Nacional de Reformas (2016)

### 2.1.2 – Portugal 2020

O **Portugal 2020** é o acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) com vista à coesão e desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, entre 2014-2020. Com o Portugal 2020 pretende-se exportar mais, reduzir assimetrias regionais, ser mais sustentáveis, apostar no crescimento verde e incluir todos os Portugueses.

As prioridades do Portugal 2020 são quatro: - **Competitividade e internacionalização** – Aumentar as exportações; promover o emprego qualificado, investir em investigação, desenvolvimento e inovação; capacitar PME para a atuação em mercados globais; reduzir custos e os tempos de transporte nas mercadorias; criar valor na agricultura e estimular a economia do mar; garantir uma administração pública mais moderna; **Inclusão Social e Emprego** – melhorar o acesso ao emprego dos jovens e de grupos mais vulneráveis; promover o desenvolvimento de competências para a integração e reintegração no mercado de trabalho; melhorar o acesso aos serviços sociais e da saúde; promover a inclusão ativa e a igualdade de oportunidades; **Capital Humano** – reduzir o abandono escolar; reforçar o ensino profissional e a sua ligação ao mercado de trabalho; apostar no ensino superior e na formação avançada; melhorar a

qualidade da educação e formação; mais sucesso educativo, mais empregabilidade; **Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos** – caminhar para uma economia de baixo carbono; investir em eficiência energética e redes inteligentes; aumentar a capacidade de adaptação às alterações climáticas; proteger o litoral da erosão, reduzir incêndios e prevenir inundações; reduzir e reciclar resíduos, promover a gestão eficiente da água.

O Portugal 2020 é operacionalizado através de 16 programas: **Programas Operacionais Temáticos no Continente** – COMPETE 2020- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; POISE- Programa Operacional Inclusão e Emprego; POC- Programa Operacional Capital Humano; POSEUR- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos; **Programa Operacionais Regionais no Continente – Norte 2020** – Programa Operacional Regional do Norte; **Centro 2020** – Programa Operacional Regional do Centro; **Lisboa 2020**- Programa Operacional Regional de Lisboa; **Alentejo 2020** – Programa Operacional Regional do Alentejo; **CresceAlgarve2020**- Programa Operacional Regional do Algarve; **Programas Operacionais Regionais nas Regiões Autónomas – Açores 2020**- Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores; **Madeira 14-20** Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira; Programas de Desenvolvimento Rural- **PDR2020** – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente; PRORURAL +- Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores; PRODERAM 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira; **Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)** – Mar 2020 – Programa Operacional Mar 2020; **Programa Operacional Assistência Técnica** – POAT – Programa Operacional Assistência Técnica (suporte à governação do Portugal 2020 e ao sistema de gestão de controlo).

### **2.1.3 – PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2020)**

A visão estratégica nacional terá como princípio a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais assente numa gestão eficiente dos recursos.

Desta forma, o PDR 2020 pretende o aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal, contribuir para o equilíbrio da balança comercial, assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos, nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos, assegurando a sua proteção e a dinamização económica e social do espaço rural. Paralelamente, visa aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal, a melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, o aumento da concentração da oferta e a promoção da gestão de riscos a que o setor é vulnerável.

O PDR 2020 pretende o crescimento sustentável do setor agro-florestal em todo o território nacional, tendo como objetivos estratégicos:

- **Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura**, onde estão associadas as seguintes necessidades: melhoria da eficiência na utilização dos consumos intermédios na produção agrícola e florestal; aumentar o investimento no setor agroflorestal; renovação e reestruturação das explorações agrícolas; melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar; dinamização de novos mercados de destino para os produtos agroalimentares e florestais; aumentar a necessidade de matérias-primas florestais de forma sustentável e reforço dos mecanismos de gestão do risco.

- **Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos**; A este objetivo estão associados quatro conjuntos de necessidades: ultrapassar as limitações na disponibilidade de água e melhoria da eficiência na sua utilização; aumento da eficiência energética; aumentar a produtividade da terra; proteção dos recursos naturais: água e solo; proteção e promoção da biodiversidade e combate à desertificação.

- **Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural**. A este objetivo estão associadas as seguintes necessidades: diversificação da atividade económica; criação de condições de viabilidade da pequena agricultura; melhoria da qualidade de vida das zonas rurais.

As atuações que se pretendem levar a cabo no PDR2020 encontram-se agrupadas por quatro grandes áreas de intervenção: **Área 1 - Inovação e conhecimento**;

**Área 2- Competitividade e organização da produção; Área 3- Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima; Área 4- Desenvolvimento local.**

Em cada uma das quatro áreas há medidas. Assim na **Área 1 - Inovação e conhecimento**, há duas medidas: **Medida 1- Inovação; Medida 2- Conhecimento**; Na **Área 2 – Competitividade e organização da produção** há a **Medida 3- Valorização da produção agrícola; Medida 4- valorização dos recursos florestais; Medida 5- Organização da produção; Medida 6- gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo**. Na **área 3 – Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima**, encontramos a **Medida 7- Agricultura e recursos naturais; Medida 8- Proteção e reabilitação de povoamentos florestais e Medida 9- Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas**. Por fim, na **Área 4- Desenvolvimento local** encontramos a **Medida 10 – LEADER**

#### **2.1.4- PAICD- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas**

Este plano é um instrumento de planeamento de âmbito territorial integrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Uma das prioridades de investimento possível de contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional é designadamente, a PI 9.8 – “Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais”. A sua contratualização implica, obrigatoriamente, a apresentação do Plano de Ação Integrado para as Comunidades desfavorecidas, a fim de sustentar todas as operações a contratualizar com o PO Regional.

A delimitação territorial do PAICD corresponde a pequenas áreas inframunicipais, de acordo com as características sócio-funcionais do espaço. As operações de regeneração física económica e social a realizar, devem incidir em áreas críticas do território municipal, tendo as intervenções ao nível físico a realizar, ser acompanhadas por intervenções de natureza social, designadamente ações ligadas à regeneração social enquadradas na PI 9.8- promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco.

Poderão ainda ser articuladas as intervenções com as prioridades 8.4 – igualdade de género; 9.3 – Igualdade de Oportunidades; 9.4- melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços de interesse geral; 10.1- investir na educação, na formação e, na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino e, eventualmente com as intervenções das PI 9.6 e 9.10 (Desenvolvimento de Base Comunitário – DLBC), de modo a garantir a sua coerência e complementaridade.

O PAICD da área territorial da CIMBSE é um instrumento estratégico de definição dos objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social e local de determinada comunidade. Este plano tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações de animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Servirá também de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento das comunidades desfavorecidas identificadas e caracterizadas por Município, vinculando as iniciativas de todos os agentes, cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social desta Comunidade Intermunicipal.

O PAICD para aplicação na NUT III, Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, no horizonte 2014-2020 pressupõem responder a novos desafios para o futuro desta sub-região.

Os objetivos estratégicos definidos para o PAICD encontram-se em sintonia com a estratégia Europa 2020, uma vez que preconizam o crescimento inteligente, sustentado e inclusivo para a União Europeia, nomeadamente na: dimensão do crescimento inclusivo, o emprego, a inclusão social e o combate à pobreza, o ensino e a capacitação da administração pública. Encontra-se também alinhado com um dos quatro domínios temáticos do Portugal 2020 – Inclusão Social e Emprego. O mesmo plano segue ainda, as orientações estratégicas definidas pelos diferentes instrumentos de Gestão Territorial, designadamente: a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2005-2015), O Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT- Centro), mas também por

outras figuras do planeamento, elaboradas à luz do Portugal 2020, tal como o Programa Operacional Regional do Centro (POR Centro), a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), o PACTO para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e finalmente, pelas DLBC- Estratégias para o Desenvolvimento Local.

O PAICD apresenta duas fases fundamentais- caracterização e diagnóstico de cada Município e estratégias e ações de intervenção. Neste sentido e, no caso do Concelho de Almeida foram apontadas as seguintes ações: **1- Remodelação de edifícios subaproveitados para a reconversão em espaços ocupacionais destinada à população envelhecida e a promoção de iniciativas de combate à solidão e isolamento social; 2- Requalificação e reconversão de espaços ocupacionais destinados à população jovem e idosa; 3- Reabilitação da habitação social da Área Urbana Antiga e 4- Reabilitação e reconversão de espaço destinado à promoção de iniciativas de formação, inserção profissional, emprego e empreendedorismo.**

**1- Remodelação de edifícios subaproveitados para a reconversão em espaços ocupacionais destinada à população envelhecida e a promoção de iniciativas de combate à solidão e isolamento social** – Neste item as ações previstas, ao nível da **intervenção física (9.8)** (requalificação/reabilitação e/ou remodelação) de espaços subaproveitados, pertencentes a Associações, juntas de Freguesia, de modo a adequá-los a Centros de Convívio para Idosos, de modo a combater a solidão e o isolamento social, através da promoção de atividades de caráter lúdico e ocupação de tempos livres, as quais contribuirão para um envelhecimento ativo e saudável, promoção da autoestima e integração no seu meio habitual. Estes Centros de Convívio serão implantados nas freguesias/localidades que não disponham de instalações de Lar e/ou Centro de Dia. Para além das intervenções de requalificação de espaço, prevê-se a aquisição de equipamento adequado à nova funcionalidade.

Ao nível da regeneração física prevê-se também a requalificação/reabilitação da atual Escola Primária da Miuzela, de modo a adaptar as instalações para futura “Estrutura para Idosos – Centro de Noite da Miuzela”, resposta social que faz todo o sentido nesta área do Concelho, uma vez que se encontra desprovida nas proximidades de resposta de Lar (ERPI), sendo que a Associação existente presta apoio social ao nível de SAD e Centro de Dia. Com esta resposta social pretende-se acolher durante o período da noite as pessoas com autonomia, de modo a proporcionar a manutenção

destas no seu meio natural de vida, combatendo situações de isolamento, solidão ou insegurança dos idosos, contribuindo assim para o seu bem-estar e permitindo a manutenção no seu domicílio durante o dia.

**As intervenções de caráter social (9.1)** a requalificação para espaços de convívio nas freguesias, pretende também expandir/melhorar respostas existentes a todas as freguesias, nomeadamente o Projeto Municipal de Apoio à 3ª Idade, o qual se encontra a decorrer nas freguesias com Lar e/ou Centro de Dia. Esta iniciativa centra-se na realização de apoios psicossociais, exercícios de mobilidade, projeto de animação sociocultural “Alegria de Viver”, RIA (Recanto do Idoso Ativo), comemoração de dias temáticos: Dia Internacional da Família, Dia Nacional dos Avós, Dia Internacional do Idoso, Natal, entre outros.

Outras atividades previstas neste âmbito são: nomeadamente edição de livro do património oral do Concelho, aquisição de material para elaboração de trabalhos manuais por parte dos idosos das IPSS's para decoração de espaços públicos exteriores (parques, jardins, rotundas), aquisição e apetrechamento da Unidade Móvel de Saúde, na prioridade do investimento 9.4- melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral. Este serviço permitirá ajudar a colmatar as dificuldades sentidas pela população, especialmente a mais idosa, devido à dificuldade de mobilidade com povoamento muito disperso e de deslocamento aos serviços de Saúde existentes.

De referir sempre a articulação com os Projetos Sociais existentes: RLIS- ao nível da identificação, encaminhamento e acompanhamento de situações de vulnerabilidade social e CLDS -3G, ao nível das dinâmicas socioculturais.

**2- Requalificação e reconversão de espaços ocupacionais destinados à população jovem e idosa;** Neste item, **as intervenções de caráter físico (9.8)** está contemplada a reabilitação de edifício (interior e exterior) para funcionamento da Componente de Apoio à Família – Almeida – remodelação de dois edifícios contíguos (Casa nº1, Casa nº2) localizados no Bairro Municipal de Almeida, de modo a dotá-los em termos de adequação do espaço e também da aquisição de mobiliário.

Outra das intervenções previstas é a remodelação de espaços interiores do e instalação de parque infantil no logradouro do Centro Social Infantil de Vilar Formoso.

A re/funcionalização de alguns espaços interiores e exteriores do Pavilhão Multiusos de Vilar Formoso está também previsto, nomeadamente na remodelação interior em espaços onde funciona a CAF/programa de férias e do espaço exterior, sendo necessário a aquisição de algum mobiliário.

Por outro lado e, considerando que neste edifício também se desenvolvem dinâmicas com idosos, torna-se necessária a beneficiação deste equipamento, dotando o exterior das funcionalidades potenciadoras de atividades intergeracionais, através da requalificação de espaço circundante vocacionado para lazer, convívio e promoção da saúde através do exercício físico. Trata-se assim da requalificação de um espaço, orientado para uma vertente integradora de vários públicos (crianças, idosos e população em geral).

Neste item as **intervenções de carácter social (9.1)** previstas são: - combate ao insucesso e absentismo escolar- ações de sensibilização para a importância da continuidade da frequência do ensino escolar até aos 18 anos de idade; ocupação de tempos livres: através da aquisição de equipamento de desporto e formação para profissionais de desporto de modo a proporcionar às crianças/jovens desportivas adequadas, de modo a promover o desporto inclusivo, promovendo a inclusão social através de desporto para jovens, férias municipais e C.A.F., ações e programas de dinamização sociocultural transversal a crianças, jovens, idosos e população em geral (Natal Solidário, Convívios Intergeracionais – Dia da Família, Dia dos Idosos, Dia dos Avós, Comemoração dos Santos Populares), Férias Municipais, Natal solidário, animação de rua, comemoração dos dias temáticos – Dia Mundial da Criança, Festa de Natal das Crianças. Complementaridade com outros projetos de Intervenção Social – RLIS E CLDS – 3 G.

### **3- Reabilitação da habitação social da Área Urbana Antiga**

Neste item as **intervenções de carácter físico (9.8)** centram-se na reabilitação de edifícios para realojamento de moradores do bairro social, o qual se encontra muito

degradado. Pretende-se a reabilitação e requalificação de habitações degradadas no Centro Histórico de Almeida.

Ao nível das **intervenções de carácter social (9.1)** pretende-se a continuação do acompanhamento destas famílias, na qualificação e valorização das mesmas, na promoção da inclusão social, combate à pobreza e exclusão social e da coesão territorial, revelando o acesso às diversas tipologias morfológicas de equipamentos e respostas sociais. Prevê-se a continuidade na articulação com projetos sociais existentes – CLDS 3G e RLIS.

#### **4- Reabilitação e reconversão de espaço destinado à promoção de iniciativas de formação, inserção profissional, emprego e empreendedorismo.**

Neste item ao nível das **intervenções de carácter físico (9.8)** pretende-se a reconversão e refuncionalização da Escola da Imaculada, destinada a espaço de formação e inclusão de desempregados de longa duração e/ou apoiar iniciativas de apoio ao empreendedorismo “Incubadora de Empresas”, inserindo-se estas ações na P.I-9.1 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. Assim, está prevista a reabilitação do edifício ao nível interior e exterior, de modo a neste espaço e de acordo com a sua nova função se possam criar condições para apoio ao empreendedorismo, contribuindo assim também para a criação de uma nova economia.

As principais **ações de carácter social (9.1)** serão: iniciativas que visam potenciar a inclusão de desempregados de longa duração, integração profissional de pessoas portadoras de deficiência, o estímulo a ações de apoio ao empreendedorismo, a sensibilização de empresários e de outras instituições empregadoras do Concelho para a integração laboral. Prevê-se assim formação nas áreas da proteção de pessoas e bens, saúde, trabalho social e orientação, marketing pessoal, comercial e uso de redes sociais. Também pertinentes são ações que visem a igualdade de oportunidades, através de iniciativas de formação dirigidas à área da deficiência, bem como a comemoração do dia Internacional da Deficiência – 3 de dezembro, com intuito de despertar a aquisição de hábitos de convivência democrática, sentimentos de solidariedade e respeito pela diferença. De salientar a articulação com os projetos sociais locais- RLIS e CLDS- 3G.

### **2.1.5- Referencial de Coesão Social**

O documento surgiu como a atualização do estudo “Tipificação das Situações de Exclusão em PT Continental” (2005) usado como base para a definição de prioridades de intervenção em programas de base territorial e investimento em equipamentos. O Referencial de Coesão Social tem dois grandes objetivos gerais: constituir a base de um referencial de planeamento multidirecionado em termos de incidência geográfica, com base numa caracterização territorializada, segundo tipologias e contribuir para um melhor conhecimento das dinâmicas sociais em curso ao nível regional e concelhio, evidenciando por um lado, os efeitos da especificidade dos territórios em termos das suas características mais urbanas ou rurais associados aos efeitos da conjuntura dos últimos anos e, por outro, as moderações desses efeitos gerados pelas dinâmicas locais.

A reflexão em torno das condições contemporâneas da Política de Coesão contribui com um conjunto de elementos relevantes para pensar o papel estratégico a assumir pelo Referencial de Coesão Social, enquanto ferramenta para o planeamento, concretização e também de monitorização das políticas territoriais de promoção da Coesão Social.

Com vista a alargar as políticas de intervenção ao nível do combate à pobreza e exclusão social, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de criação de uma Plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social, que constitui uma das iniciativas da estratégia Europa 2020, com o objetivo de criar um compromisso conjunto entre os Estados Membros, as instituições da União Europeia e os principais intervenientes, no sentido de combaterem a pobreza e exclusão social. Essa plataforma estabelece “um quadro de ação dinâmico para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver com dignidade e participar ativamente na sociedade”.

Em paralelo com a plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social e a meta de redução da pobreza, os objetivos sociais da Estratégia Europa 2020 são apoiados pelas metas nos domínios do emprego (aumentar para, pelo menos 75% a percentagem de homens e mulheres na faixa etária 20-64 anos ativos no mercado de trabalho) e da educação (reduzir a taxa de abandono escolar precoce de 15% para

menos de 10%). As iniciativas emblemáticas “Juventude em Movimento” e a “Agenda para Novas Competências e Empregos” visam contribuir para a prossecução destas metas.

No contexto da aproximação do novo período de programação destacam-se os seguintes tipos de instrumentos de política pública a financiar pelos fundos comunitários (FEEI), tendo em vista a promoção da inclusão social e do emprego e diretamente associados ao espectro de intervenção das redes sociais: - acesso dos jovens e de outros grupos mais vulneráveis ao emprego; consolidação e requalificação da rede de equipamentos e serviços coletivos; as intervenções específicas em favor de territórios ou grupos alvo em que são mais cumulativas as situações ou os riscos de pobreza e exclusão social; a promoção da igualdade de género, não discriminação e acessibilidade e o combate ao insucesso e abandono escolar precoce.

## **2.2 - Cooperação Territorial Europeia**

Portugal participa nos seguintes Programas Operacionais de Cooperação:

POCTEP – Programa Operacional Transfronteiriço Espanha- Portugal; ENI CBC MED – Instrumento Europeu de Vizinhança; ENI Mid Atlantic – Instrumento Europeu de Vizinhança; PO MAC – Programa Operacional Transnacional Madeira- Açores- Canárias; PO Espaço Atlântico – Programa Operacional Transnacional Espaço Atlântico; PO SUDOE – Programa Operacional Transnacional Sudoeste Europeu; PO MED – Programa Operacional Transnacional Mediterrâneo; Espon, Urbact e Interreg Europe.

## **2.3 – A nível Regional e Local**

### **2.3.1 - CENTRO 2020 – Programa Operacional da Região Centro 2014-2020**

O Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 tem como base uma estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais. A Região Centro terá como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico responsável, industrializado e exportador; captar e reter

talento qualificado e inovador; reforçar a coesão territorial; estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão; dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

O Programa é, também, um instrumento decisivo para a concretização da Estratégia de Especialização Inteligente definida na Região Centro (RSI3), que deverá funcionar como um elemento racionalizador dos investimentos a apoiar, seja na concretização de três de objetivos transversais, os quais assumem relevância na estratégia nacional: coesão territorial, política de cidades e sustentabilidade e uso eficiente de recursos. Na RSI 3 foram identificadas quatro plataformas de inovação: 1- Soluções industriais sustentáveis; 2- Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais; 3- Inovação territorial – que constituem áreas de interligação de 11 domínios diferenciadores regionais: domínios temáticos - que correspondem a capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico e/ou dinâmicas produtivas instaladas de grande sucesso e/ou promissoras (agricultura, floresta, mar, turismo, TICE, materiais, biotecnologia e saúde e bem-estar); e domínios transversais - que correspondem a prioridades tributárias dos desafios em matéria de economia verde e de baixo carbono, e dos desafios da coesão territorial (produtividade industrial sustentável, eficiência energética, inovação rural).

O Programa Operacional da Região Centro estrutura-se em 9 eixos prioritários: **Eixo 1 – Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEAS); Eixo 2 - Competividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR); Eixo 3 – Desenvolver o potencial humano (APRENDER); Eixo 4 – Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVRGIR); Eixo 5 - Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR E CONVERGIR); Eixo 6- Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR); Eixo 7- Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR); Eixo 8- Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR); Eixo 9- Reforçar a rede urbana (CIDADES) e Eixo 10- Assistência técnica.**

**Eixo 1- Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEAS)** – tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação. O fomento das infraestruturas e das capacidades de investigação e inovação, a promoção de centros de competência, a promoção do investimento das empresas em

investigação e inovação e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior serão os investimentos prioritários neste eixo.

**Eixo 2 - Competividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR)** – tem como principal objetivo o reforço da competitividade das pequenas e médias empresas. Pretende-se assim, promover o empreendedorismo qualificado e criativo, a internacionalização das empresas e a capacitação empresarial orientada para mercados externos, a qualificação e inovação das PME, apostando no desenvolvimento de novos produtos e serviços e melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização, promovendo o aumento do investimento e do emprego.

**Eixo 3- Desenvolver o potencial humano (APRENDER)** – tem como principal objetivo investir no ensino, nas competências e aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, as prioridades de investimento centram-se no desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria de acesso à aprendizagem ao longo da vida.

**Eixo 4 – Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVRGIR)** – tem como principais objetivos promover o emprego, apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

**Eixo 5 - Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR E CONVERGIR)** – tem como objetivo promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza. Neste sentido, vai fomentar-se a inclusão ativa, impulsionar-se a economia social e empresas sociais, apoiar estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

**Eixo 6- Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)-** tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso de recursos. Neste sentido, será dada prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

**Eixo 7- Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR) – incluem-se iniciativas relativas à conservação e valorização** – incluem-se iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural) de que a região é muito bem dotada. Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

**Eixo 8- Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)** – tem como enfoque o reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

**Eixo 9- Reforçar a rede urbana (CIDADES)** – a intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região urbana é uma das grandes tipologias de intervenção que se pretende apoiar no quadro deste eixo. Além desta tipologia de intervenção, serão apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

### **2.3.2 - PDM – Plano Director Municipal**

O Plano Director Municipal encontra-se em fase de revisão.

### **2.3.4 -PDS – Plano de Desenvolvimento Social**

O PDS é o instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e coletivas, tendo como objetivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer elas sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo CLAS (através do Plano de Ação), ou propostas fora

do âmbito do CLAS. Assim, o PDS procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social do Concelho.

### **Parte III – Eixos Orientadores do Desenvolvimento Social do Concelho de Almeida**

Nesta terceira parte, são apresentados os eixos estratégicos orientadores na elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social (PDS) que se baseiam nas problemáticas identificadas. Neste contexto, tentou-se proceder à formulação de eixos orientadores que proporcionassem respostas às problemáticas identificadas no Diagnóstico Social.

De salientar a articulação existente entre os eixos, dado que um eixo pode dar resposta a mais que uma problemática, tal como as ações a desenvolver poderão vir a ajudar a concretizar diferentes eixos.

**Eixo 1 – Promover o desenvolvimento social através da articulação de medidas/programas de inclusão social e da promoção de uma Cultura Social com identidade**

Objetivo Estratégico	Estratégia	Objetivos Específicos	Parcerias
<p><b>1.1- Diminuir a pobreza e exclusão social</b></p>	<p>Promover a partilha e articulação de recursos entre entidades que atuam ao nível da ação social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concertação de ações e respostas dirigidas a grupos-alvo identificados como vulneráveis: desempregados, beneficiários de RSI, pessoas portadoras de deficiência, crianças em risco, idosos, residentes em habitação degradada, população flutuante, imigrantes, entre outros.</li> <li>- Reinserção profissional de desempregados, desempregados de longa duração</li> </ul>	<p>Câmara Municipal de Almeida-CLAS, parcerias existentes no Concelho, Associações, Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias, IEFP, CLDS – 3G, RLIS</p>
<p><b>1.2- Otimizar serviços prestados pelas diferentes parcerias, pelas entidades públicas e pelas instituições privadas de natureza social</b></p>	<p>Desenvolvimento de parcerias ativas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular programas e projetos sociais desenvolvidos pelos parceiros do CLAS</li> <li>- Realização de ações de formação/sensibilização para Técnicos, parcerias e agentes locais</li> <li>- Realização de ações de formação/sensibilização para grupos específicos</li> <li>- Diminuir a burocratização e facilitar o encaminhamento dos processos relativos à população emigrante</li> <li>- Promover educação consistente para a Cultura</li> <li>- Estímulo da cultura/natureza (Rota da natureza e cultura, ex.: Caminhos de Santiago)</li> <li>- Candidatura de Almeida a Património Mundial</li> <li>- Disponibilização de meios de transporte para adesão a atividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal de Almeida, parceiros do CLAS</li> <li>- IPSS's e outras parcerias</li> <li>- Câmara Municipal de Almeida – Gabinete de Apoio ao Emigrante (Pólo de Atendimento de Almeida e Pólo de Atendimento de Vilar Formoso); Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> </ul>

<p><b>1.3 - Dinamização das IPSS's e Associações de Desenvolvimento Local</b></p>	<p>Sensibilização para o trabalho em parceria entre as diversas entidades públicas e privadas</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Divulgação de Programas/Projetos/Candidaturas pelas entidades públicas e privadas do Concelho de Almeida</li><li>- Manutenção de instrumentos informativos, orientados para procedimentos administrativos e/ou acesso a respostas sociais existentes no Concelho</li><li>- Criação de dinâmicas culturais</li><li>- Incentivar a uma cultura da participação promovendo a cidadania</li><li>- Promover o apoio técnico a associações</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Câmara Municipal de Almeida,</li><li>- Parceiros do CLAS</li></ul>
---	---	--	--

**Eixo 2: Combater o despovoamento através da criação de incentivos ao desenvolvimento económico, promovendo o turismo, o empreendedorismo e criação de infra-estruturas de base económica e logística**

Objetivo estratégico	Estratégia	Objetivo específico	Parcerias
<p><b>2.1- Promover a economia local, a empregabilidade e o empreendedorismo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o emprego e empregabilidade no Concelho</li>   <li>- Promover iniciativa anual de empreendedorismo</li>   <li>- Promover os produtos do Concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar/criar medidas de apoio aos empresários e potenciais empreendedores na criação e dinamização do próprio negócio;</li> <li>- Informação e enquadramento sobre os sistemas de financiamento disponíveis;</li> <li>- Promover medidas de criação do próprio emprego, através de formações/informações;</li>   <li>- Intercâmbio entre empregadores e empregados/desempregados – troca de conhecimentos em workshops/palestras</li> <li>- Implementação de iniciativas de empreendedorismo nas escolas que promovam a inovação, criatividade, reforço da iniciativa</li> <li>- Criação de estrutura que saiba juntar consumidores/produtores- Gabinete do Investidor/articulação GIP</li> <li>- Apoiar os produtores no registo e certificação de produtos locais</li> <li>- Apoiar os produtores no sentido de privilegiar o saber-fazer tradicional, o que contribui para a preservação da cultura e da identidade</li> <li>- Participação e promoção dos produtos locais em feiras de âmbito nacional e internacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empresas</li> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- IEFP</li> <li>- GIP</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> <li>- CLDS – 3G, RLIS</li> </ul>
<p><b>2.2- Promover e incentivar a qualificação profissional e capacitar para a integração profissional e/ou criação de negócios</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar e/ou qualificar empresários/empreendedor</li>   <li>- Adequar as respostas da formação às necessidades do mercado de trabalho</li> <li>- Formação profissional específica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a atualização e reciclagem de conhecimentos dos empregadores, empregados e desempregados;</li> <li>- Fomentar o empreendedorismo nos jovens</li> <li>- Conhecer as necessidades de formação do Concelho</li> <li>- Incentivar a criação de parcerias entre empresas e entidades formadoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empresas</li> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- Entidades formadoras</li> <li>- Associações</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> <li>- IEFP</li> <li>- RLIS e CLDS – 3G</li> </ul>
<p><b>2.3 – Reforçar a capacidade de atracção do Concelho</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potenciar e valorizar o turismo</li> <li>- Recriação das artes e ofícios tradicionais</li> <li>- Continuação da promoção de iniciativas locais que promovam o Concelho</li> <li>- Incentivos à fixação de população no Concelho e melhoria da qualidade de vida</li> <li>- Incentivo ao aumento da taxa de natalidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar a continuidade e recriação de artes e ofícios locais em extinção</li> <li>- Ações de promoção dos saberes tradicionais e património</li>   <li>- Manutenção e/ou melhoria das infraestruturas e qualidade dos serviços públicos, lúdico-culturais e de lazer do Concelho</li> <li>- Criar e promover a utilização de parques de lazer</li> <li>- Reforçar e/ou desenvolver atividades direcionadas para crianças e jovens a nível da saúde, segurança, desporto, cultura e educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- Empresas</li> <li>- Associações</li> <li>- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias</li> <li>- Entidades formadoras</li> <li>- IEFP</li> </ul>

**Eixo 3: Dar mais anos à vida e mais vida aos anos – Melhoria da qualidade de vida proporcionando envelhecimento ativo e combatendo o isolamento social**

Objetivo Estratégico	Estratégia	Objetivos Específicos	Parcerias
<p><b>3.1 - Melhoria da qualidade de vida dos idosos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover/reforçar a intergeracionalidade e o envelhecimento ativo</li>   <li>- Capacitar as IPSS's de apoio a idosos na potenciação dos seus recursos</li>   <li>- Turismo Sénior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar atividades direcionadas para a interação de crianças/jovens e idosos, através da partilha e transmissão de conhecimentos (ex: Ateliers de expressão plástica, de trabalhos manuais, de artes e ofícios tradicionais).</li> <li>- Manter programas lúdico-culturais para idosos (Natal dos Idosos, Dia Internacional da Família, Dia dos Avós)</li> <li>- Promoção de iniciativas de integração dos idosos (Universidade Sénior)</li> <li>- Implementar sistemas de gestão de qualidade de modo a melhorar o serviço prestado</li>   <li>- Potenciar recursos do território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- IPSS's</li> <li>- Segurança Social</li> <li>- Associações</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> <li>- Centro de Saúde de Almeida</li> <li>- RLIS e CLDS- 3G</li> </ul>
<p><b>3.2- Prevenir o isolamento social</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar e implementar medidas de combate ao isolamento social</li>   <li>- Desenvolver/ dinamizar ações de promoção de serviços de proximidade a idosos isolados</li>   <li>- Promover a segurança das pessoas isoladas</li>   <li>- Promover o voluntariado com idosos</li>   <li>- Promover o voluntariado intergeracional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção e alargamento dos beneficiários de Serviço de Teleassistência</li> <li>- Implementar e divulgar Unidade Móvel de Saúde e articulação desta com diferentes entidades para encaminhamento de situações de emergência</li> <li>- Articulação com G.N.R. nas suas ações de sinalização promoção da segurança de idosos isolados</li> <li>- Promover ações de sensibilização/divulgação junto da população</li> <li>- Promover formação contínua para voluntários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- IPSS's</li> <li>- Segurança Social</li> <li>- Associações</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> <li>- Entidades formadoras</li> <li>- Centro de Saúde de Almeida</li> <li>- G.N.R.</li> <li>- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias</li> </ul>
<p><b>3.3 – Dinamização das parcerias com vista à melhoria da qualidade de vida e diminuição do isolamento social</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento de parcerias ativas entre IPSS's</li>   <li>- Melhoria da articulação entre medidas de Política Social e IPSS's</li>   <li>- Formação contínua para funcionários das IPSS's mediante as necessidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de planos de atividades em parceria</li> <li>- Parceria entre Municípios/freguesias</li> <li>- Incentivar para a partilha de plano de atividades nos Planos de Ação anuais da Rede Social</li> <li>- Reuniões/formações interinstitucionais de modo a ser feita a análise e balanço do trabalho desenvolvido</li> <li>- Marketing Social- promover serviços diferenciadores</li> <li>- Promover Fóruns/colóquios/sessões de esclarecimento sobre a condição do idoso (doenças degenerativas – prevenção e cuidadores especiais “Cuidados de alma”)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- IPSS's</li> <li>- Segurança Social</li> <li>- Associações</li> <li>- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> <li>- IEFP</li> <li>- Entidades formadoras</li> <li>- Centro de Saúde de Almeida</li> </ul>

**Eixo 4: Promoção de parcerias ativas nas diversas entidades do Concelho que atuam na área da infância e juventude**

Objetivo Estratégico	Estratégia	Objetivos Específicos	Parcerias
<p><b>4.1- Maior rentabilização dos equipamentos/serviços existentes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria da oferta existente</li> <li>- Adequação de equipamentos</li> <li>- Maior rentabilização de infraestruturas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior divulgação das iniciativas por parte das entidades (instrumento privilegiado CLAS de Almeida)</li> <li>- Melhor articulação entre entidades do Concelho</li> <li>- Maximização dos recursos físicos do Concelho</li> <li>- Maior envolvimento das novas gerações</li> <li>- Melhorar/rentabilizar a utilização de equipamentos/serviços disponíveis no Concelho</li> <li>- Consolidação e melhor articulação de atividades desportivas existentes ou a criar no Concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> <li>- Associações de Pais</li> <li>- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia</li> <li>- IPSS's com valências na área da infância/juventude</li> <li>- CPCJ de Almeida</li> <li>- Clubes e Associações</li> <li>- RLIS e CLDS -3G</li> </ul>
<p><b>4.2 – Manutenção/criação de atividades para crianças e jovens</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção de atividades já existentes</li> <li>- Criação de novas atividades, de acordo com necessidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar/desenvolver atividades direcionadas para crianças e jovens a nível de saúde, segurança (CPCJ de Almeida), desporto, cultura e educação (melhoria do apoio a crianças com dificuldades de aprendizagem,</li> <li>- Promoção de cursos de formação específica em determinadas áreas de acordo com as necessidades de formação identificadas</li> <li>- Educação para igualdade do género nas Escolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- Agrupamento de Escolas de Almeida</li> <li>- Associações de Pais</li> <li>- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia</li> <li>- IPSS's com valências na área da infância/juventude</li> <li>- CPCJ de Almeida</li> <li>- Clubes e Associações</li> <li>- RLIS e CLDS -3G</li> </ul>

**Eixo 5: Melhoria na articulação das políticas de saúde**

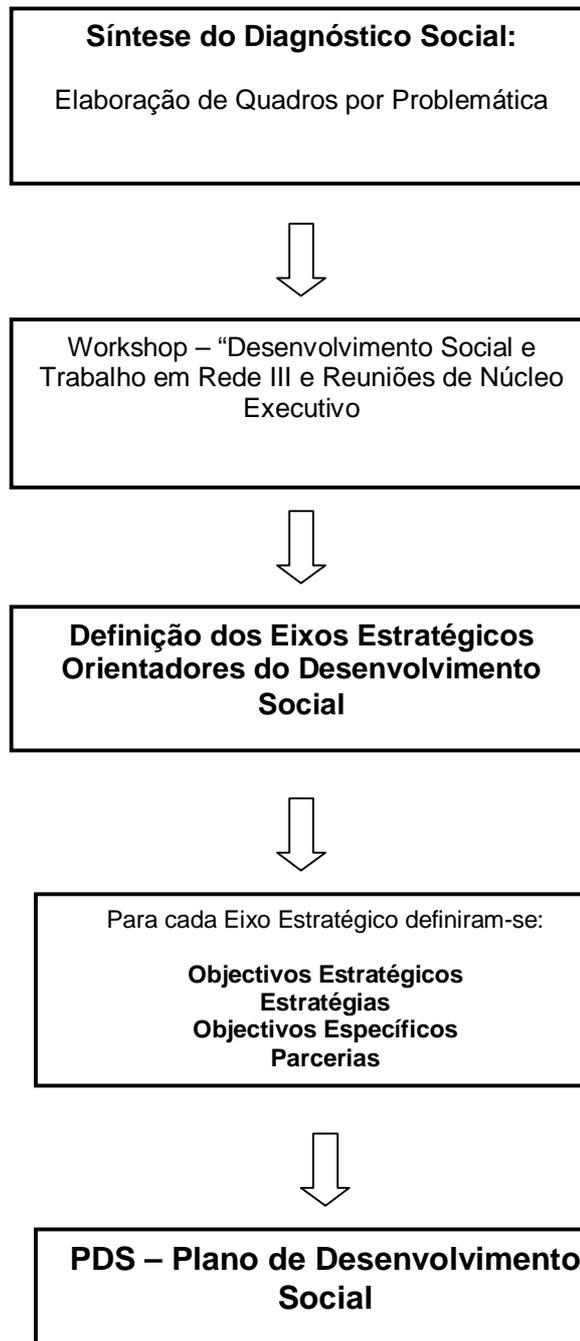
Objetivo Estratégico	Estratégia	Objetivos Específicos	Parcerias
<p><b>5.1 - Melhoria nas acessibilidades da população aos serviços de saúde</b></p>	<p>- Melhorar serviço de transportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planear o transporte de utentes idosos aos serviços de saúde disponíveis</li> <li>- Realizar ações de educação para a saúde, relativamente a prevenção, vigilância, aconselhamento e encaminhamento</li> <li>- Providenciar medidas de apoio aos idosos com problemas crónicos de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Saúde de Almeida</li> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias</li> <li>- IPSS's</li> </ul>
	<p>- Aproximar os serviços de saúde à população</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção do apoio prestado pela equipa multidisciplinar dos cuidados continuados do Centro de Saúde</li> <li>- Implementação de uma Unidade Móvel de Saúde para o Concelho</li> <li>- Manutenção do apoio ao domicílio por parte da equipa de saúde</li> <li>- Continuação da deslocação da equipa de enfermagem da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Almeida (UCSP) às freguesias de Monteperobolso e Miuzela</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Saúde de Almeida</li> <li>- Câmara Municipal de Almeida</li> <li>- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias</li> </ul>

## **METODOLOGIA**

O Plano de Desenvolvimento Social de Almeida começa a desenhar-se a partir das problemáticas e das análises SWOT (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades) apresentadas no Diagnóstico Social. A partir daqui é realizada uma síntese do Diagnóstico Social, através da construção de quadros que resumem as problemáticas identificadas.

Foi com base nas ideias e propostas recolhidas do workshop “Desenvolvimento Social e Trabalho em Rede III” e de outras reuniões de trabalho realizadas durante este processo de implementação da Rede Social, designadamente as reuniões de Núcleo Executivo, que se construiu este Plano de Desenvolvimento Social (PDS), recorrendo também a todo um trabalho de pesquisa que tem vindo a ser apresentado em documentos anteriores: o Diagnóstico Social e o anterior PDS.

Simultaneamente, na definição dos Eixos Estratégicos Orientadores do Desenvolvimento Social do Concelho de Almeida, foram considerados os Planos existentes a nível nacional, comunitário, local e regional, de modo a que não ocorresse um desfasamento entre as políticas sociais locais e as políticas sociais de abrangência nacional ou regional.



## **BIBLIOGRAFIA**

- IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social (2001), *Programa Rede Social – Núcleo da Rede Social*, Lisboa
- ISS - Instituto da Segurança Social, IP (2004) *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*, Lisboa
- ISS - Instituto da Segurança Social, IP (2005), *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental – Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social*
- ISSS - Instituto de Solidariedade e Segurança Social (2003), *Plano de Desenvolvimento Social – Núcleo da Rede Social*, DIC – Departamento de Investigação e Conhecimento, Lisboa
- ISSS- Instituto de Solidariedade e Segurança Social (2015), *Referencial de Coesão Social*, Autores – IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Lisboa
- República Portuguesa – XXI Governo (2016), *Mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade*
- Portugal 2020 (2014-2020) – Quadro Comunitário de Apoio
- CENTRO 2020 – Programa Operacional da Região Centro 2014-2020
- PDR 2020 (2014-2020) – Programa de Desenvolvimento Rural
- CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE ALMEIDA (2013), *Plano de Desenvolvimento Social*

## **FONTES**

- Câmara Municipal de Almeida
- Centro Distrital da Segurança Social da Guarda
- Centro de Saúde de Almeida
- Centro de Emprego de Pinhel

# ANEXOS



## CONSTITUIÇÃO DO CLAS DE ALMEIDA

- Câmara Municipal de Almeida, José Alberto Morgado – Presidente do CLAS
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Filipe Marques
- IEFP da Guarda - Centro de Emprego de Pinhel
- Centro de Saúde de Almeida – Alexandra Azevedo
- Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso – José Vaz
- Centro Lúdico, Cultural e Social de Vilar Formoso – Maria José Mateus
- Associação de Pais de Almeida – Olívia Bastos
- Santa Casa da Misericórdia de Almeida – Sílvia Saraiva
- Agrupamento de Escolas de Almeida – Joaquim Pedroso
- Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense – Conceição Ferreira
- ASTA – Associação Sócio-terapêutica de Almeida – Maria José Fonseca
- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Ade
- Associação de Solidariedade Social, Cultural e Desportiva de Aldeia Bela – Antero Maria Monteiro
- Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa da Amoreira – Maria Odete Rodrigues
- Associação dos Amigos de Peva – Emília Santos
- Associação Desportiva, Social e Cultural Freinedense
- Associação Desportiva e Social de Leomil – Alice Afonso
- Associação Musical, Cultural e Desportiva Malhadense
- Associação para o Desenvolvimento e Acção Social de Malpartida – Paula Cristina
- Associação Desportiva, Cultural e Social de Mido – Conceição Baptista
- Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso
- Associação Recreativa e Cultural Valdamulense – Ana Paula Fernandes
- Centro Social do Rio Seco
- Associação Cultural e Social “Conheça a sua Aldeia - o Freixo” – Luís Morgado
- Centro de Cultura e Bem Estar Social das Naves – Eduardo Santos
- Associação Cultural e Recreativa da Junça – Mafalda Jacinto
- Centro Social Paroquial St. António de Nave de Haver – Susana Ferreira
- Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de S. Sebastião – Joaquim Fernandes
- Comissão de Melhoramentos de Freineda –
- Centro de Bem Estar Social da Malhada Sorda – Judite Furriela
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida
- Associação de Desenvolvimento das Encostas da Fonte Santa – Maria Manuela Tolda
- Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação de Vilar Formoso – Carlos Manuel Frias

- Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Vilar Formoso
- Junta de Freguesia de Almeida – Maria de Fátima Nunes Gomes
- Junta de Freguesia de Castelo Bom – António Fernandes
- Junta de Freguesia de Castelo Mendo – José Joaquim Fernandes
- Junta de Freguesia de Freineda – António Simões Bernardo
- Junta de Freguesia de Junça – Daniel Morgado
- Junta de Freguesia da Malhada Sorda – Jorge Matias
- Junta de Freguesia de Nave de Haver- José Florência Cunha
- Junta de Freguesia de S. Pedro do Rio Seco – António Rodrigues
- Junta de Freguesia de Vale da Mula- David Fernandes
- Junta de Freguesia de Vilar Formoso – Domingos Cerqueira
- União das Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – José Manuel Silva
- União das Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde – Luís Morgado
- União das Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela – Amílcar Almeida
- União das Freguesias de Junça e Naves – Daniel Morgado
- União das Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova – Alice Afonso
- União das Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha – Rosa Tiago
- União das Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha – José Falcão

#### **NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS DE ALMEIDA**

- Câmara Municipal de Almeida
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
- IEFP – Centro de Emprego de Pinhel
- Centro de Saúde de Almeida
- Agrupamento de Escolas de Almeida
- Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso
- Junta de Freguesia de Freixo